



Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis Societárias



COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

Rua Reinoldo Schindler, nº 100 – Bairro das Chácaras – Ijuí/RS – CEP: 98.700-000

CNPJ: 87.656.989/0001-74

www.ceriluz.com.br

(55) 3331-9100



VISÃO

"Melhorar a condição de vida do associado, gerando e fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável".

"Da geração à distribuição, para além da energia".

VALORES

Ação e Transparência
Ética e Senso de Justiça
Intercooperação e Competência
Cidadania
Solidariedade
União
Zelo

NEGÓCIO

"Gerar e comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias".

POLÍTICA DE QUALIDADE

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ);
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos Indicadores de Continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comerciais e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa e dos Associados/ Consumidores;
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
1. PERFIL.....	6
1.1. A Ceriluz Distribuição.....	6
1.2. Ceriluz em Números	7
1.3. Gestão pela Qualidade Total	7
1.4. Política da Qualidade.....	8
1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor.....	8
2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	9
2.1. Assembleia Geral	9
2.2. Assembleia Geral Ordinária	9
2.3. Assembleia Geral Extraordinária	9
2.4. Conselho de Administração.....	9
2.5. Conselho Fiscal	10
2.6. Auditores Independentes	10
3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS.....	10
3.1. Atuação Na Área Social.....	10
3.2. Atuação na Área Ambiental.....	13
3.3. Outras Informações Aos Associados.....	15
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	18
4.1. DISTRIBUIÇÃO	18
4.1.1. Ligação de Consumidores	18
4.1.2. Consumidores por Município	19
4.1.3. Comportamento de Mercado.....	19
4.1.4. Ingressos/ Receita Líquida	20
4.1.5. Número de Consumidores.....	21
4.1.6. Tarifas	21
4.1.7. Bandeiras Tarifárias	21
4.1.8. Qualidade do Fornecimento	22
4.1.9. Atendimento ao Consumidor	24
4.1.10. Frota	24
5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	25
5.1. Análise do Resultado	25
5.2. Variações Patrimoniais	25
5.3. Investimentos	25
5.4. Captações de Recursos.....	26
5.5. Valor Adicionado	26
5.6. Planejamento Empresarial	26
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	28
6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	28
6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	29
6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO	30
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL.....	31
6.5. DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS.....	32
6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	33
6.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO.....	34
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	35
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	35
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO	35
NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	35
NOTA 4 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35
NOTA 5 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	36
NOTA 6 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	36
NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38
NOTA 8 – CONSUMIDORES.....	39
NOTA 9 – SERVIÇOS EM CURSO.....	40

NOTA 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS.....	40
NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	40
NOTA 12 – ALMOXARIFADO OPERACIONAL.....	40
NOTA 13 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	40
NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS	41
NOTA 15 – DISPÊNDIOS/ DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	41
NOTA 16 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	41
NOTA 17 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES.....	41
NOTA 18 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS A CONCESSÃO	42
NOTA 19 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	43
NOTA 20 – FORNECEDORES	45
NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	46
NOTA 22 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	47
NOTA 23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	47
NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	47
NOTA 25 – ENCARGOS SETORIAIS:	48
NOTA 26 – PASSIVOS REGULATÓRIOS	48
NOTA 27 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES.....	48
NOTA 28 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	49
NOTA 29 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO	50
NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	51
30.1. Capital Social.....	51
30.2. Natureza e Finalidade das Reservas	51
30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	51
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	51
NOTA 32 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	52
NOTA 33 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS	53
NOTA 34 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	53
NOTA 35 – CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	54
NOTA 36 – CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	54
NOTA 37 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	55
NOTA 38 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	55
NOTA 39 – SEGUROS	55
NOTA 40 – NOTA EXPLICATIVA DVA	55
NOTA 41 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS	56
NOTA 42 – PARTES RELACIONADAS	56
8. BALANÇO SOCIAL	57
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL	58
10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS ...	59

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2024 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2024, a Ceriluz apresentou números impressionantes em investimentos em infraestrutura. Foram mais de R\$ 32 milhões aplicados na construção e melhoria de redes de distribuição de energia, valor 175% superior ao do ano anterior. Esse crescimento não ocorre por acaso.

Há muito se diz que a energia elétrica se tornou o principal insumo para o desenvolvimento das sociedades, seja para fins produtivos, seja para fins sociais. Praticamente todas as atividades humanas dependem de energia elétrica, e isso se reflete no aumento do consumo por parte da população. Nossa região não foge dessa realidade. Ano após ano nossos associados demandam mais energia para produzir riqueza em suas propriedades rurais, indústrias e comércios, assim como para suas atividades cotidianas, em casa, nas escolas, nos postos de saúde ou mesmo nas ruas.

Para qualquer distribuidora, acompanhar esse movimento é indispensável. Mesmo com o crescimento da autoprodução de energia e do mercado livre, o compromisso da distribuidora permanece. Por mais que a origem da energia mude, sua distribuição continua sendo feita por meio de cabos, postes, transformadores e subestações. Independentemente de o consumidor produzir parte da sua energia ou comprá-la de outra empresa, a qualidade do fornecimento sempre dependerá da distribuidora local.

O setor elétrico está mudando rapidamente. Cabe a nós, cooperativas permissionárias de energia, como a Ceriluz, estarmos preparados para essas transformações. Investir, sem onerar o associado, é a única alternativa viável. Precisamos continuar entregando confiança aos nossos associados. O Mercado Livre de Energia pode parecer atrativo em certos momentos, quando o preço se sobrepõe ao valor. Mas há uma diferença essencial: preço é o que se paga enquanto valor é o que se recebe. E o cooperativismo ainda tem muito a entregar.

Acima de tudo, precisamos reforçar o valor de fazer parte de uma cooperativa. Trabalhar de forma cooperada e garantir benefícios coletivos é mais importante do que migrar de empresa em empresa apenas para economizar alguns reais, abrindo mão dos princípios fundamentais do cooperativismo. Seguimos contando com a confiança dos nossos associados em 2025 e nos anos que virão, mesmo diante das “novidades tentadoras” que possam surgir. Afinal, é essa confiança e apoio que nos permitem continuar investindo e fazendo sempre o melhor por nossos associados.

Atenciosamente.



Guilherme Schmidt de Pauli
Presidente da CERILUZ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL

1.1. A Ceriluz Distribuição

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A Cooperativa CERILUZ - DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela CERILUZ para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificada pela certificação oficial da NBR ISO 9001:2015 no ano de 2017, que reconhece a competência da Cooperativa na prestação dos serviços com qualidade.

A CERILUZ focada no desenvolvimento social e econômico da região de forma sustentável tem como compromisso com associados, consumidores, colaboradores e comunidade:

- Distribuir energia elétrica com qualidade;
- Aumentar a satisfação dos associados e consumidores;
- Preservar o meio ambiente junto às comunidades onde está inserida;
- Contribuir no desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida;
- Buscar a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manter programas de aperfeiçoamento do quadro de colaboradores e associados;
- Cumprir os requisitos legais, regulamentares da ANEEL e estatutários da empresa;
- Integrar de forma objetiva o Sistema de Gestão da Qualidade com a estratégia do negócio;
- Propiciar um ambiente que estimule o envolvimento e o desenvolvimento profissional das pessoas.

1.2. Ceriluz em Números

Atendimento	2024	2023	%
Número de consumidores	15.093	14.951	0,95%
Número de empregados	142	133	6,77%
Número de consumidores por empregado	106	112	-5,45%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	29	44	-34,09%
Mercado	2024	2023	%
Área de concessão (Km ²)	3.492.649	3.492.649	0,00%
Distribuição Direta (GWh)	103,00	108,00	-100,00%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	599,74	592,60	1,20%
Residencial	537,20	556,98	-3,55%
Comercial	677,04	590,82	14,59%
Industrial	605,63	636,20	-4,81%
Rural	579,08	586,41	-1,25%
DEC (horas)	12,42	7,77	59,85%
FEC (número de interrupções)	9,34	6,7	39,40%
TMA (minutos)	103,8	95,4	8,81%
Operacionais	2024	2023	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.533	4.513	0,44%
Capacidade Instalada (MW)	213	205	4,03%
Financeiros Regulatórios	2024	2023	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	132.640	123.821	-100,00%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	106.765	98.635	-100,00%
Margem operacional do serviço líquido (%)	-6,96%	2,47%	-100,00%
EBITDA OU LAJIDA	11.872	13.735	-100,00%
Lucro líquido (R\$ mil)	-7.427	2.435	-100,00%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	319.377	326.795	-100,00%

1.3. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;
- Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a

todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

1.4. Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realiza desde o ano de 2000 o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), que permite avaliar o grau de satisfação do consumidor residencial com relação aos serviços prestados pelas distribuidoras, concessionárias e permissionárias que atuam no território nacional, e possui como objetivo de estimular a melhoria contínua dos serviços prestados.

A pesquisa IASC, que é realizada anualmente, possui como base para avaliação um modelo composto por cinco itens: qualidade percebida, valor percebido (relação custo-benefício), satisfação global, confiança no fornecedor e fidelidade, cujas notas são calculadas com base numa pesquisa presencial domiciliar aos consumidores por meio de um questionário elaborado pela ANEEL.

A Ceriluz participa do Prêmio IASC desde que instituída em 2014 para as permissionárias, e sempre obteve bons resultados nas categorias Brasil Permissionárias e Permissionárias acima de 10 mil unidades consumidoras.

A 24ª edição da pesquisa referente ao ano de 2023 foi realizada no período de setembro/2023, ao total foram 159 entrevistas com consumidores dos municípios de Ajuricaba, Augusto Pestana, Catuípe, Coronel Barros e Ijuí. O resultado da pesquisa de 2024 não foi disponibilizado até o encerramento desse relatório.

Índice Aneel de Satisfação ao Consumidor

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Satisfação	89,26	84,38	75,80	77,09	80,63	*
Posição na Categoria	2º	1º	2º	5º	2º	*
Participantes na categoria	20	24	24	25	25	*
Posição Geral Permissionárias	3º	2º	3º	6º	3º	*
Participantes Geral Permissionárias	38	51	51	52	52	*

Na categoria – Brasil Permissionárias, a cooperativa obteve um resultado de 80,63% de satisfação ao consumidor no ano de 2023, um aumento em percentual de 4,59 comparado ao ano anterior. E sua posição na categoria foi de terceira colocada, dentre outras 51 permissionárias participantes.

Já na categoria – Permissionárias acima de 10 mil unidades consumidoras, a cooperativa ficou em segundo lugar, dentre outras 25 permissionárias que estavam participando nesta categoria.

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC referente ao ano de 2024, não foi divulgado até o momento.

2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes aos desenvolvimentos e defesa desta. As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. As deliberações serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

2.2. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária, que se realiza anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício, convocada pelo presidente, delibera sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

1. Eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando for o caso;
2. Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a. Relatório da gestão;
 - b. Demonstrações contábeis do exercício social, segundo as normas contábeis vigentes no Brasil;
 - c. Parecer do Conselho Fiscal;
 - h. Parecer da Auditoria Independente;
3. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;
4. Fixação do valor dos pró-labores dos membros da Diretoria e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
5. Outros assuntos de interesse social (sem poder deliberativo).

2.3. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos, para os quais são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações:

1. Reforma do estatuto social;
2. Fusão, incorporação ou desmembramento;
3. Mudança do objeto da sociedade;
4. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
5. Contas do liquidante;

2.4. Conselho de Administração

A Cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco Conselheiros Vogais efetivos, todos associados, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, sendo obrigado, ao término de cada mandato, a renovação mínima de um terço de seus componentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EFETIVO

Presidente: Guilherme Schmidt de Pauli

Vice-presidente: Valmir Elton Seifert

Secretário: Sandro Lorenzoni

EFETIVO - GESTÃO 2022/2026

1º Vogal: Luiz Vieira
2º Vogal: Leonildo Fernandes de Avila
3º Vogal: Valdir Steiernagel
4º Vogal: Iloir de Pauli
5º Vogal: Claudio Roberto Drews

SUPLENTE – GESTÃO 2022/2026

1º Vogal: Roque Costa Beber
2º Vogal: Nara Jaqueline Hepp
3º Vogal: Olmiro José Nicoletti
4º Vogal: Angelo Paulo Przybytowicz
5º Vogal: Ernesto Natal Nicoletti

2.5. Conselho Fiscal

A Administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, com mandato de um ano e renovação obrigatória de dois terços a cada eleição.

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Sidnei Montagner
Carlos Karlinski
Evandro Lanzarin

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Belmiro Pitol
Gerson Luis Becker
Moacir Ricardo Meini

2.6. Auditores Independentes

Para os serviços de auditoria independente, a Ceriluz possui contrato com a empresa Linear Auditores Independentes S/S, a qual tem como objetivo examinar as demonstrações contábeis, que são: Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado do Exercício – DRE, Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Notas Explicativas. A auditoria também é responsável pela emissão de um relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa no período.

3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários ela investiu R\$ 127 mil em cursos e treinamentos de capacitação. Ao final de 2024, contou com 142 empregados.

3.1 Atuação na Área Social**Ações da Ceriluz para promoção da saúde e bem-estar**

A Ceriluz, comprometida com o bem-estar integral de seus colaboradores e associados, investe em programas de capacitação, eventos de valorização e ações de conscientização que estimulam o desenvolvimento pessoal e profissional, além de proporcionar apoio nos aspectos físicos e emocionais. Entre as principais ações realizadas em 2024, destacaram-se o Encontro de Mulheres, promovendo a reflexão e o empoderamento feminino, e a SIPAT, que visa a segurança no trabalho e o bem-estar dos colaboradores.

Reflexão e Valorização da Contribuição Feminina

Em março de 2024, a Ceriluz organizou o Encontro de Mulheres, reunindo cerca de 400 participantes no teatro da sede administrativa para celebrar o Dia Internacional da Mulher. O evento, destinado a associadas, esposas de associados e colaboradoras, teve como objetivo destacar as conquistas femininas e reconhecer a importância da contribuição das mulheres tanto na sociedade quanto na Cooperativa.

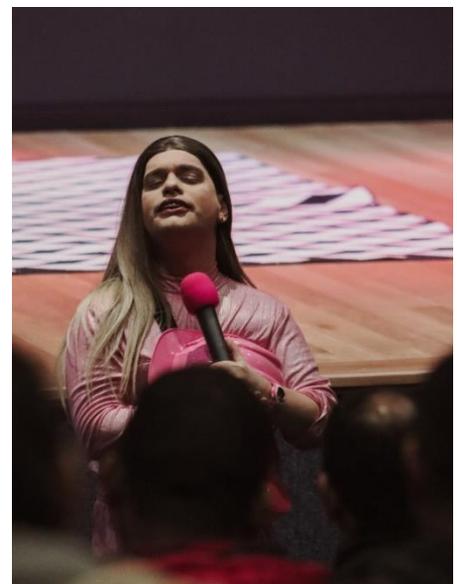
Durante o evento, a cantora Mariana Marques se apresentou com o recital "Canta Fala Mulher", envolvendo o público em uma reflexão musical sobre o universo feminino. A Ceriluz, com um quadro social composto por mais 3.140 associadas, reforçou seu compromisso em promover o protagonismo feminino e oferecer oportunidades de capacitação e formação de lideranças para as mulheres dentro da Cooperativa e na comunidade regional.



21ª SIPAT da Ceriluz: Segurança, Saúde e Bem-Estar dos Colaboradores

Em 2024 a Ceriluz realizou a 21ª edição da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), entre 8 e 12 de julho, com o tema "Segurança: direito de todos, dever de cada um". O evento teve como foco promover a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores, abrangendo temas técnicos e emocionais.

A programação da SIPAT incluiu palestras sobre "Assédio Moral e Sexual", "Qualidade de Vida e Câncer", "Direção Defensiva", "Saúde Financeira" e "Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)", além de um show com a personagem Bruna Feitoria, que abordou a percepção de risco nos ambientes de trabalho de maneira lúdica. A SIPAT é organizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e o setor de Segurança do Trabalho, e segue as orientações da Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5) do Ministério do Trabalho e Emprego.



Plano de Saúde Unimed Noroeste/RS:

A partir desta parceria, os associados da Ceriluz têm acesso ao Plano Ambulatorial da Unimed, com cobertura regional que abrange os 52 municípios das regiões Noroeste, Celeiro e Médio Alto Uruguai, área de atuação da cooperativa médica. O plano assegura atendimento médico de qualidade, com acesso a profissionais de diferentes especialidades, laboratórios, exames de imagem e atendimento no hospital próprio da Unimed, localizado em Ijuí, que se destaca pela infraestrutura e serviços diferenciados. Além disso, o plano oferece acesso a uma qualificada rede de serviços credenciados em toda a região, garantindo agilidade e excelência no cuidado com a saúde dos beneficiários.

Associados usuários: 2.578.

Cartão HCI Vida:

O sistema Cartão HCI Vida, disponibilizado pela Ceriluz, permite o uso direto de serviços médicos e de saúde do Hospital de Clínicas de Ijuí (HCI) e de médicos e laboratório conveniados, por meio de um cartão de acesso. Entre as vantagens estão descontos em consultas clínicas realizadas na Central de Convênios e com médicos credenciados, além de exames laboratoriais e diagnósticos por imagem. Também oferece atendimento na emergência 24 horas, com possibilidade de inclusão de procedimentos cirúrgicos e internações clínicas, contratados diretamente com a Central de Convênios do HCI, com condições flexíveis de pagamento. Tanto o valor da mensalidade quanto o valor das diferenças em consultas e exames são debitadas junto a fatura de energia mensal.

Associados usuários: 510.

Convênio com o Hospital Bom Pastor:

Em 2024 a Ceriluz firmou parceria com o Hospital Bom Pastor de Ijuí, permitindo aos associados a adesão ao Cartão Saúde Bom Pastor – Ceriluz, que proporciona descontos em consultas, exames, internações e procedimentos médicos no Hospital Bom Pastor e junto a médicos e laboratórios conveniados. Além disso, o pagamento pode ser feito diretamente na conta de energia, facilitando o acesso a serviços de saúde com qualidade e agilidade.

Associados usuários: 88.

Seguro Residencial Seefeld Seguros:

A Ceriluz oferece aos associados a possibilidade de usufruírem de um Seguro Residencial completo para suas residências. O Seguro Residencial, oferecido em parceria com a Seefeld Corretora de Seguros, foi ampliado nesse ano de 2024 para atender residências de ocupação habitual e residências de veraneio, oferecendo maior flexibilidade e cobertura para os associados. Além de disponibilizar o seguro a um preço acessível ainda permite o débito direto nas faturas de energia.

Projeto Vida Iluminada:

O Projeto Vida Iluminada oferece aos associados um espetáculo de luzes natalinas e uma programação cultural com atrações artísticas e musicais. Este projeto promove a integração da comunidade e oferece um espaço de lazer e cultura, com eventos ao longo do ano, com ênfase no período natalino. No ano de 2024, além do pátio decorado, os associados da Ceriluz e a comunidade regional tiveram acesso a shows musicais com Ateliê Sonare, Rodrigo Solton e Luiz Cardoso e Grupo Sinfonia Gaúcha, além da apresentação da dupla de humor Tio e Sobrinho.



3.2 Atuação na área Ambiental

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE E O BEM-ESTAR DOS ASSOCIADOS

A Ceriluz tem a responsabilidade socioambiental como um dos pilares centrais de sua atuação, buscando constantemente integrar práticas sustentáveis no seu modelo de negócios e promover o bem-estar das comunidades que atende. Essa visão abrange tanto o compromisso com a preservação ambiental, quanto a atenção às necessidades dos seus associados e colaboradores, reconhecendo a importância do apoio social e da qualidade de vida no dia a dia de suas famílias.

Programa Além da Energia: Ações socioambientais em um só lugar

Todas as ações socioambientais integram o escopo do Programa Além da Energia, promovido pela Ceriluz, focado na promoção no bem-estar e na qualidade de vida dos seus associados. Ele abrange projetos sociais, ambientais, culturais, de cidadania e saúde, atendendo às necessidades das comunidades da região.

Vamos conhecer alguns dos projetos e atividades realizados pela Ceriluz ao longo do ano de 2024.



Projeto Água Viva: Educação Ambiental e Preservação de Nascentes

Em 2024, a Ceriluz consolidou sua atuação socioambiental com a realização de mais uma edição do Projeto Água Viva, que busca estimular a preservação da água por meio de ações educativas e práticas voltadas para a proteção de nascentes e rios – recursos fundamentais para a geração de energia hídrica e a sustentabilidade ambiental e econômica.

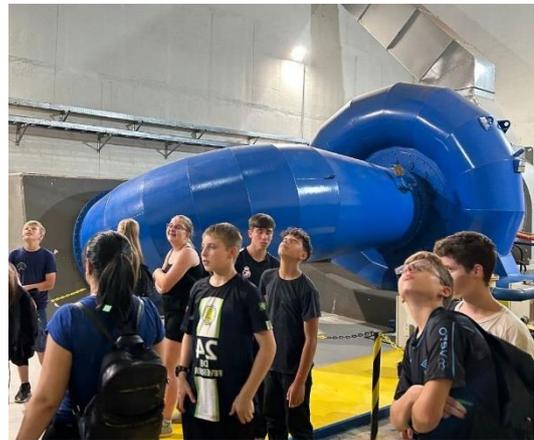
Ao longo do ano, a Ceriluz visitou as escolas Santana, 24 de Fevereiro, 06 de Agosto e Joaquim Nabuco, de Ijuí, e Euzébio de Queiroz e Marcelino Champagnat, de Catuípe, levando palestras que abordaram a importância da preservação da água e das nascentes. Essas ações incluíram também visitas desses mesmos

estudantes a uma nascente preservada na comunidade de Floresta, em Ijuí, proporcionando uma vivência prática sobre o ciclo da água e a relevância de sua conservação.

No encerramento das atividades do projeto em 2024, ocorrido em 05 de novembro, os mais de 150 estudantes participantes do projeto visitaram a PCH Ijuí Centenária, localizada às margens do rio Potiribu, em Ijuí, cenário para diversas atividades multidisciplinares. Durante o evento, os estudantes participaram de visitas guiadas à usina. Complementando a programação, os estudantes participaram de oficinas práticas sobre a microfauna de ambientes aquáticos preservados (macroinvertebrados bentônicos).



Coordenada por profissionais da Ceriluz e por bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Biológicas da Unijuí, a atividade demonstrou na prática como rios e nascentes preservados sustentam uma biodiversidade essencial ao equilíbrio ecológico.

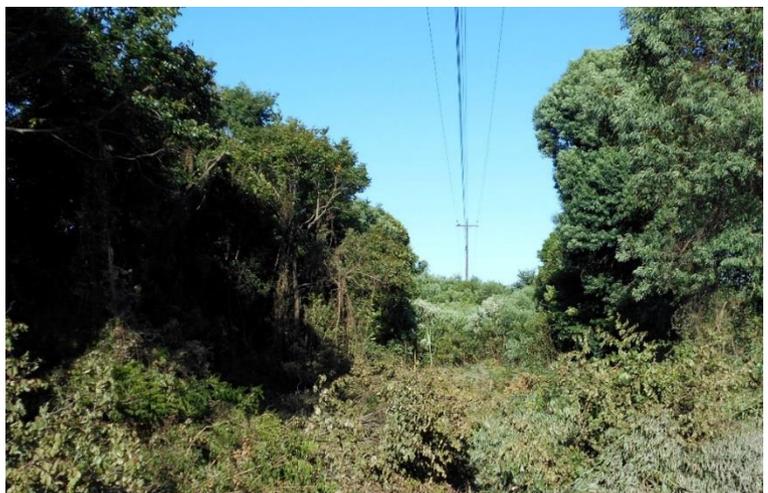


Gestão Ambiental e Qualidade de Energia

A Ceriluz reforçou seu compromisso com a qualidade no fornecimento de energia e a sustentabilidade ambiental ao renovar em 2024 a Licença única nº 01578/2024, válida de 03 de julho de 2024 a 03 de julho de 2029, para o manejo de vegetação nas faixas de segurança sob suas redes de distribuição de energia. Essa licença permite a poda e a supressão de árvores de grande porte ou arbustivas, sejam elas nativas ou exóticas, com o objetivo de prevenir danos às redes elétricas e evitar interrupções no fornecimento de energia.

Com aproximadamente 4.600 quilômetros de redes de distribuição de energia abrangendo diversas localidades, a Cooperativa enfrenta desafios significativos em relação ao manejo de vegetação que possa interferir na infraestrutura elétrica. Para isso, equipes técnicas recebem treinamento específico sobre as normas e procedimentos da licença ambiental.

A faixa de segurança para manejo de vegetação em áreas rurais é de 15 metros de largura, com 7,5 metros



para cada lado a partir do eixo da rede. Já em áreas urbanas, o manejo segue as legislações municipais específicas, e qualquer intervenção deve ser previamente comunicada às autoridades locais. Nessas áreas, a poda deve ser feita de forma a preservar o desenvolvimento saudável das árvores.

O contato de galhos com os cabos de energia está entre as principais causas de interrupções no fornecimento, especialmente durante temporais, além de dificultar o trabalho técnico de localização e reparo de falhas.

3.3 Outras Informações aos Associados

Apoio à duplicação da BR-285

A Ceriluz reafirma seu compromisso com o desenvolvimento regional, não apenas por meio do fornecimento de energia de qualidade, mas também apoiando obras de infraestrutura essenciais, como a duplicação da BR-285, em Ijuí, que iniciou em 2024.

Como parte do projeto, a Ceriluz está realizando alterações no traçado de uma rede alimentadora trifásica que acompanha a rodovia. Essa rede de distribuição será deslocada ao longo de 9,5 quilômetros, praticamente toda a extensão do trecho duplicado, incluindo a adequação de viadutos e pontes.

Além do reposicionamento da rede, a Cooperativa está aproveitando a oportunidade para modernizar



e aumentar a capacidade de distribuição. A rede definitiva será compacta, utilizando condutores cobertos e separadores losangulares, substituindo o modelo convencional de rede nua. A capacidade da rede trifásica também será ampliada de 6 MVA para 14 MVA, garantindo um fornecimento de energia mais robusto e confiável para os municípios de Ijuí, Bozano, Augusto Pestana, Jóia e Coronel Barros.

De acordo com o DNIT, as obras de duplicação da BR-285 têm um prazo estimado de três anos para conclusão.

RECONHECIMENTO EM PESQUISA E BUSCA PELA EXCELÊNCIA

A Ceriluz Distribuição consolidou em 2024 seu compromisso com a excelência no atendimento aos seus associados, conquistando reconhecimento nacional ao figurar novamente entre as melhores permissionárias de energia do Brasil. O desempenho de destaque foi evidenciado no **Prêmio Anel de Qualidade**, com base na Pesquisa de Satisfação do Consumidor (IASC) 2023, que avaliou a percepção dos consumidores sobre a qualidade dos serviços prestados por distribuidoras de energia em todo o país.

No ranking nacional, a Ceriluz obteve o terceiro lugar no Prêmio Brasil Permissionárias, que engloba todas as cooperativas de distribuição do Brasil, e foi a segunda melhor na categoria "Permissionárias com mais de 10 mil Unidades Consumidoras (UCs)", sendo também a cooperativa melhor avaliada do estado do Rio Grande do Sul. Com um índice de satisfação de 80,63%, a Ceriluz atingiu o nível de excelência, destacando-se entre as três únicas distribuidoras brasileiras com pontuação superior a 80%.

Além do índice geral de satisfação, a pesquisa destacou outros critérios que reforçam a liderança da Ceriluz no setor, sobressaindo-se:

- **Qualidade Percebida:** 93,31%;
- **Confiança:** 93,35%;
- **Fidelidade:** 73,35%;
- **Valor Percebido:** 49,30%.

Esses indicadores refletem a percepção positiva dos consumidores quanto à qualidade do fornecimento de energia, ao atendimento recebido e à relação de confiança construída ao longo do tempo.

O Prêmio Aneel de Qualidade foi criado em 2000, com a pesquisa inicialmente englobando apenas concessionárias, sendo ampliado para as permissionárias em 2014. Os resultados de 2024 refletem não apenas a eficiência operacional e técnica da cooperativa, mas também sua capacidade de ouvir e atender às expectativas de seus associados, garantindo um serviço cada vez mais eficiente, sustentável e alinhado às necessidades da comunidade.



Compromisso com a Qualidade e a Satisfação dos Associados

A busca pela excelência no atendimento aos associados da Ceriluz Distribuição é sustentada por um rigoroso sistema de gestão da qualidade, certificado pela norma internacional ISO 9001 desde outubro de 2017. Em 2024, esse compromisso foi reafirmado durante a auditoria externa de monitoramento, conduzida pelos auditores da TÜV NORD Brasil.

A auditoria aconteceu no dia 13 de dezembro, liderada pelo auditor sênior Rosano Alfredo Rosa e pela auditora Stael Martins Rosa, que avaliaram as atividades administrativas e operacionais desempenhadas pelas equipes da Ceriluz, verificando sua conformidade com os critérios da norma ISO 9001. Aspectos como a gestão de indicadores de continuidade e qualidade, o atendimento comercial e o tratamento de reclamações de associados foram analisados.

A certificação ISO 9001 é renovada a cada três anos e reflete o empenho da Ceriluz em garantir processos padronizados e orientados à melhoria contínua, com foco na satisfação dos associados e na confiabilidade do fornecimento de energia.

Por meio do alinhamento com os critérios da ISO 9001, a Ceriluz reforça sua posição como referência no setor elétrico, não apenas pelo desempenho técnico e operacional, mas também pela capacidade de responder com agilidade e qualidade às demandas de sua área de permissão. Esses resultados evidenciam que, além de buscar reconhecimento nacional, a Ceriluz mantém um compromisso com a melhoria contínua de seus serviços e com o bem-estar de seus associados.

Gestão das tarifas de energia

Todos os anos a Ceriluz - assim como as demais distribuidoras do Brasil - enfrenta processo de reformulação de suas tarifas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). E todos os anos as equipes da Cooperativa ampliam esforços para moderar os indicadores que contribuem para a definição das tarifas.

As revisões tarifárias da Cooperativa acontecem em julho e em 2024 a agência reguladora homologou um reajuste tarifário médio de 0,97% aos associados, colocando a Ceriluz entre as cooperativas com menor variação tarifária no país. Para os associados da categoria Baixa Tensão, que inclui consumidores residenciais e rurais, houve um reajuste médio de 3,14%, enquanto os associados da Alta Tensão, como estabelecimentos comerciais e industriais, terão uma redução de 1,38% em suas tarifas.

O efeito médio geral do reajuste foi influenciado pela atualização de custos, inclusão de componentes financeiros apurados no atual ciclo tarifário e pela exclusão de componentes do processo anterior.

Importante salientar que em 2023, a Ceriluz passou por uma Revisão Tarifária que resultou em uma redução média de 7,84% nas tarifas de energia para seus associados. Na ocasião, houve diminuição de 8,76% para consumidores de Alta Tensão e de 6,94% para os de Baixa Tensão.

Para facilitar o pagamento e trazer mais comodidade aos associados, a Ceriluz incentiva a adesão ao Débito em Conta, um serviço prático e seguro para garantir a pontualidade no pagamento das faturas de energia. Associados interessados podem entrar em contato com a Ceriluz para mais informações e conhecer os benefícios dessa opção.

Essas iniciativas refletem a dedicação da Cooperativa em oferecer tarifas competitivas, priorizando a acessibilidade, a qualidade no fornecimento de energia e a confiança dos seus associados.



Solidariedade e compromisso Social nas enchentes

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi devastado por enchentes que afetaram gravemente as regiões central e metropolitana do estado. Além das dificuldades enfrentadas pelas famílias para retomar suas vidas, a recuperação da infraestrutura, essencial para garantir a segurança e o conforto das pessoas, tornou-se uma prioridade urgente. Nesse cenário, a Ceriluz não hesitou em oferecer apoio imediato, integrando-se a uma frente de trabalho que se dedicou a restaurar a infraestrutura de energia.

A cooperativa se uniu aos profissionais da Certel, cooperativa muito atingida pelas condições adversas, onde mais de 40 mil unidades consumidoras (UCs) ficaram sem energia no auge dos acontecimentos. Composta por sete eletricitistas da Ceriluz – Milton José Kieling, Leandro Carlini, Luciano Von Tryller, André Leonardo Veit, Gabriel Andrade, Maicon Emanuel Datsch e Jacson dos Santos Pereira – a equipe da Cooperativa atuou em Boqueirão do Leão e Progresso, municípios gravemente atingidos.

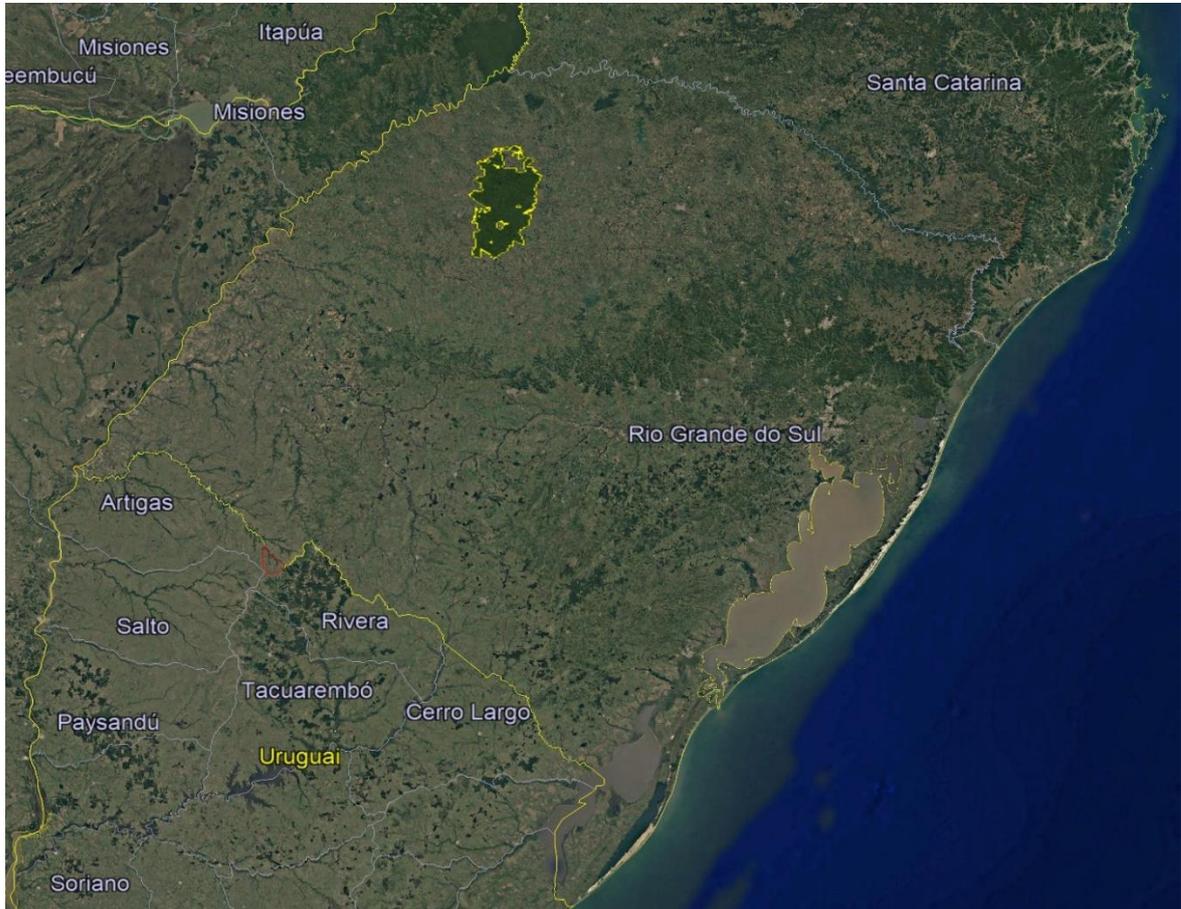
Essa ação faz parte do Plano de Contingenciamento de Redes do Sistema Fecoergs, que envolveu ainda a colaboração de outras cooperativas gaúchas e catarinenses, mobilizando um total de 64 equipes e mais de 400 profissionais.



4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 15.093 consumidores.



4.1.1 Ligação de Consumidores

2019	Consumidores	2020	2021	2022	2023	2024
3.931	Residencial	3.975	4.122	4.324	4.548	4.713
717	Comercial	713	827	821	833	840
54	Industrial	56	52	63	72	74
8.986	Rural	9.190	9.235	9.253	9.199	9.165
133	Poderes Públicos	136	135	139	140	143
28	Iluminação Pública	28	16	18	18	18
148	Serviço Público	143	146	145	141	140
13.997	Total	14.241	14.533	14.763	14.951	15.093
	Variação	1,74%	2,05%	1,58%	1,27%	0,95%

No ano de 2024 houve um aumento de 142 ligação de consumidores, um equivalente a 0,95% em percentual comparado ao ano anterior.

4.1.2. Consumidores por Município

Na tabela a seguir estão demonstradas as Ligações de Consumidores da Cooperativa, distribuídos nos vinte quatro municípios da área de atuação.

2019	Consumidores Por Município	2020	2021	2022	2023	2024
4.300	Ijuí	4.441	4.595	4.679	4.815	4.902
1.404	Catuípe	1.399	1.409	1.423	1.419	1.413
1.356	Ajuricaba	1.358	1.379	1.401	1.413	1.421
1.563	Augusto Pestana	1.590	1.625	1.672	1.697	1.691
524	Chiapetta	530	525	543	542	542
194	Jóia	200	203	204	205	206
332	Santo Augusto	332	339	334	339	335
1.372	Coronel Barros	1.388	1.427	1.445	1.457	1.488
350	Inhacorá	353	352	353	361	361
132	São Valerio do Sul	131	135	136	140	137
3	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.090	Nova Ramada	1.099	1.111	1.127	1.121	1.133
11	Coronel Bicaco	11	11	12	11	11
21	Santo Ângelo	20	20	19	20	22
10	Eugenio de Castro	10	9	9	8	8
1	Condor	2	2	2	2	2
281	Boa Vista do Cadeado	287	283	281	282	286
1.029	Bozano	1.054	1.072	1.088	1.084	1.102
3	Entre-Ijuis	4	4	4	4	4
2	São Martinho	2	2	2	1	1
6	Alegria	10	10	10	10	8
4	Independência	4	4	4	4	4
8	Giruí	12	12	11	12	12
1	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.997	Total	14.241	14.533	14.763	14.951	15.093
	Variação	1,74%	2,05%	1,58%	1,27%	0,95%

4.1.3 Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um aumento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2024 em relação ao ano de 2023. A Cooperativa totalizou a distribuição de 190 GWh no ano de 2024, número 4,97% superior aos 181 GWh do ano anterior.

2019	Mercado Atendido - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
137	Energia Faturada	146	129	111	108	103
133	Fornecimento	146	129	111	108	103
9	Residencial	9	9	10	11	12
15	Comercial	14	16	16	16	13
47	Industrial	49	31	6	6	5
52	Rural	64	63	69	64	66
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
2	Iluminação Pública	2	2	2	2	2
7	Serviço Público	7	7	7	8	4
4	Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	-	-
4	Uso da Rede de Distribuição	20	42	55	73	87
4	Consumidores Livres/Dist./Ger.	20	42	55	73	87
141	Total	166	171	166	181	190
	Variação	17,73%	3,01%	-2,92%	9,04%	4,97%

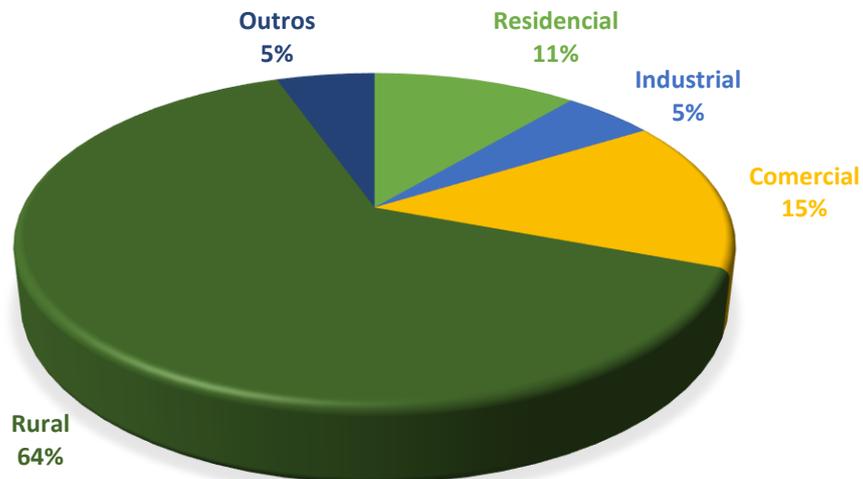
A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2024.



4.1.4. Ingressos/ Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, (excluindo os impostos e consumidores livres) importou em 2024 o montante de R\$ 60,097 milhões, um uma redução de 5% conforme quadro a seguir:

Classe	2024	2023	%
Residencial	6.656	6.157	8%
Industrial	3.010	3.854	-22%
Comercial	8.849	10.473	-16%
Rural	38.382	37.612	2%
Outros	3.200	5.227	-39%
Total	60.097	63.323	-5%



4.1.5. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados no ano de 2024 apresentou um crescimento de 0,95% sobre o ano anterior, conforme pode-se observar no quadro a seguir:

Classe	2024	2023	Δ%
Residencial	4.713	4.548	3,63%
Industrial	74	72	2,78%
Comercial	840	833	0,84%
Rural	9.165	9.199	-0,37%
Outros	301	299	0,67%
Total	15.093	14.951	0,95%

4.1.6. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2024 o valor de 599,74 R\$/MWh, uma redução de 0,60% em relação a dezembro de 2023.

Classe	2024	2023	Δ%
Residencial	537,20	563,93	-4,74%
Industrial	605,63	607,88	-0,37%
Comercial	677,04	647,68	4,53%
Rural	579,08	593,90	-2,50%
Total	599,74	603,35	-0,60%

4.1.7. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias – sistema gerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, de modo a deixar a conta de luz mais transparente ao consumidor. Esse sistema possui as seguintes modalidades: bandeira verde, bandeira amarela e bandeira vermelha – patamar 1 e patamar 2.

Abaixo segue a descrição de cada bandeira, e os valores em vigência de julho 2023 a junho 2024:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01885 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04463 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,07877 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas de energia.

A revisão do valor das bandeiras acontece anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo

de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

4.1.8. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor), os quais são acompanhados pela ANEEL.

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2024	12,42	9,34	1,73
2023	7,77	6,7	1,59
2022	7,7	7,97	1,51
2021	10,46	9,28	1,33
2020	10,31	8,98	1,72

O indicador de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor), representa para cada conjunto de unidades consumidoras, o tempo médio, em horas, no qual as unidades consumidoras permaneceram sem o fornecimento de energia elétrica. A figura 1, demonstra o comportamento deste indicador no período de 2020 a 2024.



Gráfico 1 - Comportamento do DEC

Observando o gráfico 1, é possível identificar um aumento considerável na Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor devido ao aumento de desligamento programados para manutenção da rede elétrica e decorrências emergenciais, consequentes de eventos climáticos.

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor), indica a quantidade média de vezes em que o fornecimento foi interrompido nas unidades consumidoras, para cada conjunto de unidades consumidoras em determinado período. Neste contexto, a gráfico 2 demonstra a evolução deste indicador durante o período de 2020 a 2024.

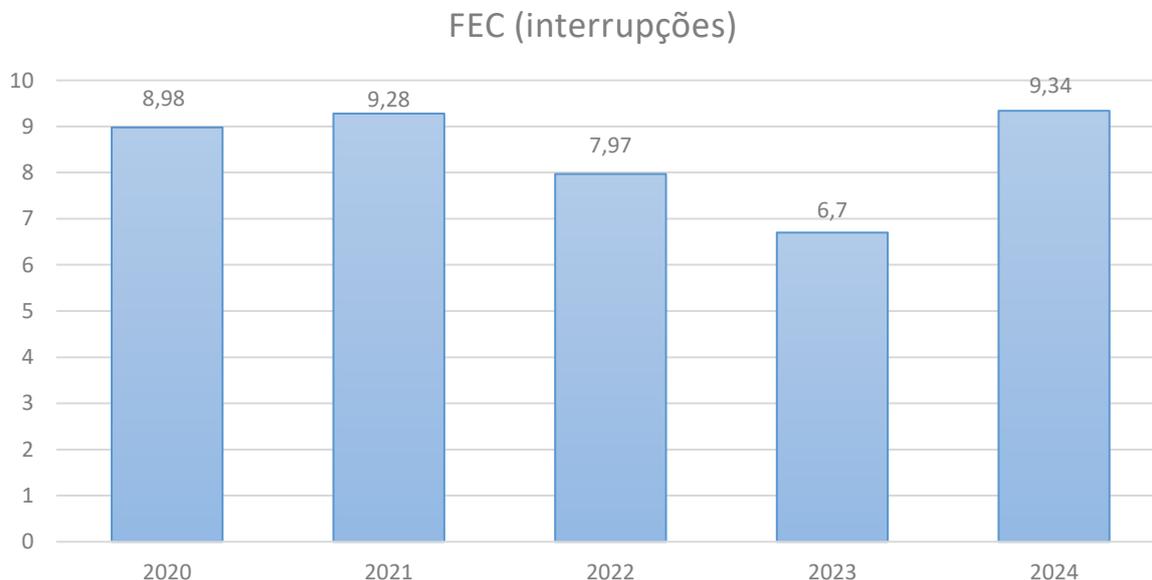


Gráfico 2 - Comportamento do FEC

Diante da figura 2, o indicador FEC demonstra uma oscilação em seus resultados anuais, registrando o maior índice no ano de 2024 devido ao aumento de desligamentos programados para manutenção das redes, e ocorrências emergenciais geradas a partir de eventos climáticos.

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria, o principal indicador é o TMA (Tempo Médio de Atendimento - horas), o qual indica o tempo médio de atendimento das ocorrências emergenciais desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa, até a resolução do problema em questão. O gráfico da figura 3, demonstra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

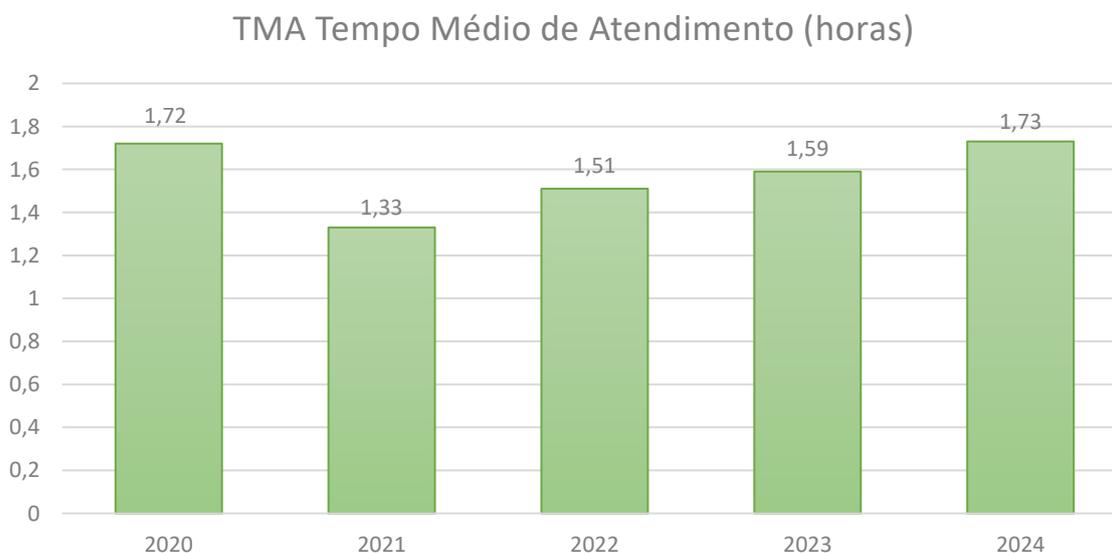


Gráfico 3 - Comportamento do TMA

4.1.9. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa.

O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. Abaixo estão os indicadores sociais da Cooperativa com sua respectiva variação.

	2024	2023	%
Satisfação do Cliente			
Índice de Satisfação IASC	*	80,63%	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	94,27	97,79	-3,60%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	89,82	96,38	-6,81%
Atendimento ao Cliente			
Call Center	37227	31925	16,61%
Chamadas Recebidas (unid)	24295	28755	-15,51%
Número Medio de Atendentes (unid)	2	3	-18,25%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	89,45%	86,81%	3,04%
lab - Índice de Abandono (%)	2,80%	3,20%	-12,50%
TMA - Tempo Médio de Atendimento (s)	109,00	113,00	-3,54%
Indenização por Danos			
Volume de solicitações (unid)	92	89	3,37%
Procedentes (unid)	58	41	41,46%
Indicadores de Reclamações			
Reclamações Procedentes	31	65	-52,31%
DER (horas)	69,82	28,11	148,38%
FER (unid)	0,16	0,36	-55,56%
Violações de prazos de serviços comerciais			
Atendimentos realizados (unid)	60547,00	51912,00	16,63%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	6,00	8,00	-25,00%
Eficiência do atendimento (%)	99,99%	99,98%	0,01%
Número de reclamações de consumidores encaminhadas			
À Empresa	194,00	244,00	-20,49%
À ANEEL	0,00	3,00	100,00%
Ao PROCON	0,00	1,00	-100,00%
À Justiça	3,00	8,00	-62,50%
Indicadores Ambientais			
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	38,04	34,23	11,13%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	62,18	58,99	5,41%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	29,70	27,55	7,80%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	38,64	48,38	-20,13%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2024 ainda não foi divulgado

4.1.10. Frota de veículos

A frota da cooperativa permanece em constante manutenção, substituição e renovação de veículos proporcionando melhorias e qualidade no serviço prestado ao consumidor.

No período de 2024 foram adquiridos 5 veículos, sendo 3 camionete, 1 pick up e 1 caminhão.

Veículos	2024	2023
Caminhões	6	5
Picapes	26	25
Veículos de Passeio	2	2
Total	34	32

Referente as despesas de abastecimentos dos veículos, houve um aumento de 7,37% em relação ao ano anterior. Já quanto as despesas de manutenção, prevenção e IPVA dos veículos aumentaram 26,71% no ano de 2024 conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Ano	Abastecimentos	Δ%	Despesas	Δ%
2020	360.518	-8,72%	660.023	-35,67%
2021	498.780	38,35%	851.193	28,96%
2022	671.956	34,72%	921.856	8,30%
2023	687.014	2,24%	1.184.049	28,44%
2024	737.652	7,37%	1.500.365	26,71%
Total	2.955.920	74%	5.117.486	57%

5 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Análise do Resultado

Em 2024, o lucro líquido da cooperativa foi de 7,053 milhões, valor esse 27% inferior ao ano de 2023. Essa redução deve-se principalmente ao aumento das despesas financeiras em 251% devido a contratação de empréstimos de curto prazo para fazer investimentos.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 106,764 milhões, enquanto em 2023 situou-se em R\$ 98,365 milhões. Esse aumento da receita operacional líquida resulta principalmente do suprimento a concessionárias com 137% de aumento e um acréscimo de 19% no recebimento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

As despesas operacionais totalizaram em 2024 R\$ 127,641 milhões, 29% superiores em relação à 2023, o principal motivo foi o registro do ICPC01 que foi 20,731 milhões superior ao ano de 2023, em contrapartida o registro credor do ICPC01 fez as Outras Receitas Operacionais aumentarem 169%.

5.2 Variações Patrimoniais

Em 2024 o patrimônio líquido da cooperativa aumentou em R\$ 7,062 milhões, tendo passado de R\$ 99,932 milhões em 2023 para R\$ 106,594 milhões em 2024, o que corresponde a 7%.

O ativo circulante aumentou 21,048 milhões, ou seja 86%, a maior variação ocorreu na conta Concessionárias e Permissionárias em 595% com valor a receber da liquidação de energia de curto prazo na CCEE. O ativo não circulante aumentou 13% ou seja R\$ 15,669 milhões, a maior variação ocorreu na conta depósito judiciais com R\$ 3,582 milhões.

O passivo circulante aumentou 64%, a maior variação ocorreu na conta fornecedores, com aumento de 130%.

No passivo não circulante a conta com maior acréscimo foi a de Empréstimos e Financiamentos passando de R\$ 2,563 milhões em 2023 para 10,866 milhões em 2024.

5.3 Investimentos

Em 2024, os investimentos da cooperativa importaram em 32,603 milhões, 175% superiores em relação a 2023, que foram de 11,872 milhões. Destaque para a construção da linha de distribuição 69 KV conectando a PCH Linha 11 Oeste a Subestação Ceriluz 3 no valor de 18,4 milhões.

5.4 Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 35,449 milhões junto aos bancos Sicredi, Santander, Cresol, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa Econômica Federal e Banrisul.

5.5 Valor Adicionado

Em 2024, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 56,745 milhões, representando 43% dos ingressos/ Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



5.6 Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2024
A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.1 BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE		49.844	26.803
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.715	2.648
Consumidores	8	11.900	9.955
Concessionárias e permissionárias	8	5.200	748
Serviços em curso	9	535	700
Tributos compensáveis	10	1.463	1.525
Depósitos Judiciais e Cauções	11	-	-
Almoxarifado operacional	12	1.595	1.052
Investimentos temporários	13	198	22
Ativos regulatórios	14	3.758	4.111
Despesas pagas antecipadamente	15	-	5
Outros ativos circulantes	16	19.480	6.037
NÃO CIRCULANTE		137.289	121.620
Tributos compensáveis	10	1.911	1.743
Depósitos judiciais e cauções	11	3.612	30
Outros ativos não circulantes	17	26.975	22.996
Bens e atividades não vinculadas a concessão	18	279	142
Imobilizado	19	4.866	3.741
Intangível	19	99.646	92.968
TOTAL DO ATIVO		187.133	148.423

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.2 BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE		54.053	33.005
Fornecedores	20	7.626	3.319
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	33.481	18.892
Obrigações sociais e trabalhistas	22	3.889	3.347
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	23	564	262
Encargos setoriais	25	1.245	1.322
Passivos regulatórios	26	4.324	3.021
Obrigações com Associados	28	1.178	1.181
Outros passivos circulantes	27	1.746	1.661
NÃO CIRCULANTE		26.486	15.886
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	10.866	2.563
Provisão para litígios	24	500	500
Obrigações vinculadas a permissão	29	15.120	12.823
TOTAL DO PASSIVO		80.539	48.891
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30		
Capital social		6.277	6.268
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		2.509	2.994
Reservas de sobras		95.596	87.423
Sobras à disposição da Assembleia		1.644	2.279
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.594	99.532
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		187.133	148.423

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2024			2023
	TOTAL	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	
RECURSOS				
Resultado do Período	7.053	6.709	344	9.682
Demais Resultados	1.511	1.511	-	2.170
Realização da Reserva de Reavaliação	485	485	-	529
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	1.026	1.026	-	1.641
Resultado Abrangente do Exercício	8.564	8.220	344	1.852
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS				
Destinações de Caráter Fiscal	344	-	344	456
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	344	-	344	456
Destinações de Caráter Legal - Estatutárias	6.576	6.576	-	9.117
Reserva Legal 45% - Artigo 48 Estatuto Social	3.699	3.699	-	5.128
Fates/Rates - 5% - Artigo 48 Estatuto Social	411	411	-	570
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 48 Estatuto Social	2.466	2.466	-	3.419
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.644	1.644	-	2.279

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2022	6.266	568	3.523	76.152	3.339	89.848
Deliberações da AGO						
Destinação das Sobras A.G.O	-	-	-	3.339	(3.339)	-
Eventos do Exercício						
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Sobra Líquida do Exercício					9.682	9.682
Outros Resultados Abrangentes						
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(529)		529	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	-	-	-	(1.641)	1.641	-
Destinações						
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	5.128	(5.128)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	570	(570)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	3.419	(3.419)	-
Destinação FATES Ato Não Cooperativo	-	-	-	456	(456)	-
Saldo em 31.12.2023	6.268	568	2.994	87.423	2.279	99.532
Deliberações da AGO						
Destinação das Sobras A.G.O				2.279	(2.279)	-
Eventos do Exercício						
Realização do Capital	9					9
Sobra Líquida do Exercício					7.053	7.053
Outros Resultados Abrangentes						
Realização da Reserva de Reavaliação			(485)		485	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES				(1.026)	1.026	-
Destinações						
Destinação Estatutária Reserva Legal				3.699	(3.699)	-
Destinação Estatutária Fates				755	(755)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes				2.466	(2.466)	-
Destinação FATES Ato Não Cooperativo						-
Saldo em 31.12.2024	6.277	568	2.509	95.596	1.644	106.594

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.5 DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2024	2023
Receita / Ingresso	32	132.640	123.821
Fornecimento de energia elétrica		29.952	28.750
Suprimento de energia elétrica		8.732	3.690
Disponibilização do sistema de distribuição		52.511	54.334
Ativos e Passivos Regulatórios		(1.812)	817
Serviços cobráveis		5	6
Doações, contrib. e subvenções		43.252	36.224
Tributos	33	(10.478)	(9.641)
ICMS		(8.860)	(8.597)
PIS-PASEP		(288)	(186)
COFINS		(1.330)	(858)
Encargos - Parcela "A"	34	(15.397)	(15.545)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(15.181)	(15.339)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(216)	(206)
Outros encargos		0	0
Receita líquida / Ingresso líquido		106.765	98.635
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	35	(54.536)	(53.994)
Energia elétrica comprada para revenda		(29.639)	(28.596)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(24.897)	(25.398)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		52.229	44.641
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	36	(73.106)	(45.197)
Pessoal e administradores		(18.116)	(16.033)
Material		(4.663)	(3.266)
Serviços de terceiros		(7.061)	(6.149)
Arrendamentos e aluguéis		(288)	(277)
Seguros		(69)	(20)
Provisões		24	(24)
(-) Recuperação de despesas		538	364
Tributos		(765)	(493)
Depreciação e amortização		(4.809)	(4.547)
Gastos diversos		(37.897)	(14.752)
Outras receitas operacionais	37	33.066	12.272
Outras despesas operacionais	38	(1.305)	(1.101)
Resultado da Atividade		10.884	10.615
Resultado Financeiro		(3.689)	(720)
Despesas financeiras		(5.552)	(1.583)
Receitas financeiras		1.863	863
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		7.195	9.895
Contribuição social		(44)	(63)
Imposto de renda		(98)	(150)
Resultado líquido do exercício		7.053	9.682

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2024	%	2023	%
1. Receitas	165.713		136.098	
Ingressos e Receitas de Operações com Energia Elétrica	89.383		87.592	
Receita c/ Construção de Ativos para uso Proprio	32.603		11.871	
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	43.727		36.635	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	106.022		79.712	
Custo c/ Construção	32.603		11.871	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	54.536		53.994	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	18.883		13.847	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	59.691		56.386	
4. Depreciação e Amortização	4.809		4.548	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	54.882		51.838	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.863		863	
Ingressos e Receitas Financeiras	1.863		863	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	56.745		52.701	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	14.212	25,05%	12.716	24,13%
Remuneração Direta	9.444	16,64%	8.519	16,16%
Benefícios	3.584	6,32%	3.073	5,83%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	1.184	2,09%	1.124	2,13%
Impostos, Taxas e Contribuições	29.927	52,74%	28.720	54,50%
Federais	21.061	37,12%	20.118	38,17%
Estaduais	8.860	15,61%	8.597	16,31%
Municipais	6	0,01%	5	0,01%
Remuneração de Capitais de Terceiros	4.375	7,71%	1.583	3,00%
Dispendios e Despesas Financeiras	4.375	7,71%	1.583	3,00%
Remuneração de Capitais Próprios	8.231	14,51%	9.682	18,37%
Sobras Retidas	8.231	14,51%	9.682	18,37%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	56.745	100%	52.701	100%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.7 -DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - Método Direto

(Valores em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	44.985	40.195
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	43.779	54.334
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	8.732	3.690
(+) Serviço Taxado	5	6
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	43.129	35.215
(+) Outros Recebimentos Operacionais	882	440
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(39.345)	(27.417)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(29.830)	(34.367)
(-) Salários e Encargos Sociais	(20.020)	(16.490)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(1.367)	(417)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(7.812)	(6.828)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(55)	(228)
(-) Encargos de Transmissão	(10.725)	(10.309)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(17.258)	(17.755)
(-)Outras Despesas Operacionais	(6.557)	(7.355)
(-)Impostos, taxas e contribuições	(595)	(1.283)
	7.948	11.431
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	131	180
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	248	266
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(175)	(24)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(27.837)	(27.693)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	2.439	2.804
(-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	(117)	2
	(25.311)	(24.465)
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos	24.395	14.399
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas	(3.965)	(3.193)
	20.430	11.206
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos		
Caixa Líquido Gerado no Período	3.067	(1.828)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.648	4.476
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.715	2.648
Varição das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	3.067	(1.828)

7 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, através dos serviços de distribuição de energia elétrica, prestação de outros serviços aos seus associados e estímulo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e racionalização dessas atividades.

A entidade é regida pelo estatuto e pelas disposições legais em vigor. Na condição de permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, como área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe, todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A cooperativa possui 14.951 consumidores.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 5.764/71 em conjunto com pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho federal de contabilidade (CFC).

Nota 4 – Base para Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de ingressos/receitas e dispêndios/despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, exceto quando especificado em contrário.

Nota 5 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 6 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Consumidores

Englobam os valores a receber e são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 1.026 em 2024 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde, eventos e assistência técnica para associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Venci- mento	Remuner. no Venc. %	2024	2023
Caixa e Bancos				199	426
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	208	45
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5%CDI	14	4
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5%CDI	5.287	2.172
Itaú	CDB-DI	Diário	95%CDI	1	1
Bradesco	CDB-DI	Diário	95% CDI	6	
TOTAL			-	5.715	2.648

Nota 8 – Consumidores

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante. A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 136 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2024 LIQUIDO	TOTAL 2023 LIQUIDO	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER	RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	9.243	-	1.159	11	16	92	(112)	26	57	35	17	(16)	10.528	9.010
- Residencial	707	-	252	6	12	57	(75)	5	8	5	10	(9)	978	762
- Industrial	1.413	-	97	-	-	11	(11)	4	15	5	-	-	1.534	1.661
- Comercial	893	-	139	1	1	8	(10)	6	9	12	5	(5)	1.059	1.336
- Rural	3.816	-	572	4	3	15	(15)	11	25	13	2	(2)	4.444	3.166
- Poderes Públicos	80	-	2	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	82	69
- Iluminação Pública	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	52
- Serviço Público	232	-	97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	329	345
- Serviço Taxado	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
- Fornecimento Não Faturado	2.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.047	1.618
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	77	1.139	7	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	1.222	844
Outros Créditos	105	-	43	1	1	7	(7)	-	-	-	-	-	150	101
TOTAL CONSUMIDORES	9.425	1.139	1.209	12	17	99	(120)	26	57	35	17	(16)	11.900	9.955
Suprimento Energia - Moeda Nacional	246	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	246	292
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	24
Energia Elétrica de Curto Prazo	4.925	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.925	432
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS	5.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.200	748
TOTAL	14.625	1.139	1.209	12	17	99	(120)	26	57	35	17	(16)	17.100	10.703

Nota 9 – Serviços em Curso

	2024	2023
Manutenção de Redes	304	546
Assistência Técnica	231	154
Total de Serviços em Curso	535	700

Nota 10 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2024	2023
ICMS a Recuperar Curto Prazo	1.463	1.508
Total de Tributos Compensáveis	1.463	1.525

Ativo Não Circulante

	2024	2023
ICMS a Recuperar Longo Prazo	1.911	1.743
Total de Tributos Compensáveis	1.911	1.743

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 11 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	2024	Valor Estimado 2023
Trabalhistas	-	3.612	3.612	30
Cíveis	-	-	-	-
Fiscais	-	-	-	-
Total de Contingências	-	3.612	3.612	30

Nota 12 – Almoxarifado Operacional

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

	2024	2023
Almoxarifado de Manutenção de Redes	1.228	1.015
Resíduos e Sucatas	367	37
Total do Estoque	1.595	1.052

Nota 13 – Investimentos Temporários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2024	2023
Banrisul Capitalização	48	22
Santander Capitalização	150	-
Total Títulos e Valores Mobiliários	198	22

Nota 14 – Ativos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição
CVE Ativa	629	2.994	(2.506)	1.117	471	646
Aquisição de Energia - (CVEenerg)	404	2.041	(1.827)	618	259	359
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
CVE ESS	225	953	(679)	499	212	287
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.482	6.648	(7.488)	2.641	1.086	1.555
Neutralidade da Parcela A	585	1.389	(1.367)	607	7	600
Sobrecontratação de Energia	1.536	1.956	(3.123)	369	369	-
Bandeiras Tarifárias	19	232	(220)	31	-	31
Outros	1.341	3.071	(2.778)	1.634	710	924
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	4.111	9.642	(9.994)	3.758	1.557	2.201

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

Nota 15 – Dispêndios/ Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta dos dispêndios/despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2024	2023
Publicidade	-	5
Total Despesas Pagas Antecipadamente	-	5

Nota 16 - Outros Ativos Circulantes

	2024	2023
Reembolsos do Fundo da CDE	3.631	3.508
Empregados	212	170
Adiantamento a Fornecedores	481	454
Dispêndios a Reembolsar	867	827
Rendas a receber	13.784	676
Desativações e Alienações	505	402
Total Outros Recebíveis	19.480	6.037

Nota 17 – Outros Ativos não Circulantes

	2024	2023
Indenização pela Concessão a receber	26.567	22.815
Pagamentos Judiciais a Receber	408	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	26.975	22.996

***Indenização pela Concessão a Receber**

	2024	2023
Em Serviço		
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	48
Edificação - Subestação CERILUZ 03	158	157
Máquinas - Redes de Distribuição	20.729	16.981
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	512	512
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	1.292	1.289
Máquinas - Subestação CERILUZ 03	3.331	3.331
Máquinas - Linha de Distribuição 69 KV	479	479
Total Indenização pela Concessão a Receber	26.567	22.815

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

Nota 18 – Bens e Atividades Não Vinculadas a Concessão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

	2024	2023
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	80	73
Participação SICREDI Catuípe	20	17
Participação CRESOL Ijuí	51	34
Participação CRESOL Santo Augusto	116	10
Participação SICOOB	1	-
Participação UNICRED Ijuí	10	7
TOTAL	279	142

Nota 19 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	3.302	1.138	(99)	4.341	1.039	(2.131)	2.210	1.443
Veículos	3.302	1.138	(99)	4.341	1.039	(2.131)	2.210	1.443
Administração	2.122	175	(204)	2.093	(29)	(784)	1.309	1.499
Terrenos	40	-	-	40	-	-	40	40
Máquinas e Equipamentos	1.119	153	-	1.272	153	(553)	719	700
Veículos	405	-	(204)	201	(204)	(120)	81	276
Móveis e Utensílios	558	22	-	580	22	(111)	469	483
Subtotal	5.424	1.313	(303)	6.434	1.010	(2.915)	3.519	2.942
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	770	3.051	(2.475)	1.346	576	-	1.346	770
Outros	770	3.051	(2.475)	1.346	576	-	1.346	770
Administração	29	175	(204)	-	(29)	-	-	29
Máquinas e Equipamentos	29	175	(204)	-	(29)	-	-	29
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	799	3.226	(2.679)	1.346	547	-	1.346	799
Total do Ativo Imobilizado	6.223	4.539	(2.982)	7.780	1.557	(2.915)	4.865	3.741

b) Intangível em Serviço e em Curso

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	98.796	29.339	(6.683)	121.452	22.656	(37.532)	83.920	64.853
Softwares	367	-	-	367	-	(232)	135	177
Outros	98.429	29.339	(6.683)	121.085	22.656	(37.300)	83.785	64.676
Administração	533	79	-	612	79	(510)	102	53
Softwares	523	79	-	602	79	(500)	102	53
Outros	10	-	-	10	-	(10)	-	-
Subtotal	99.329	29.418	(6.683)	122.064	22.735	(38.042)	84.022	64.906

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	28.062	45.495	(57.933)	15.624	(12.438)	-	15.624	28.062
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	28.062	45.495	(57.933)	15.624	(12.438)	-	15.624	28.062
Subtotal	28.062	45.495	(57.933)	15.624	(12.438)	-	15.624	28.062

Total do Ativo Intangível	127.391	74.913	(64.616)	137.688	10.297	(38.042)	99.646	92.968
----------------------------------	----------------	---------------	-----------------	----------------	---------------	-----------------	---------------	---------------

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais. Os valores contabilizados como dispêndios/despesas de depreciação e amortização no exercício de 2024 foram de R\$ 4,809 milhões.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 20 – Fornecedores

	2024	2023
Encargos de Uso de Rede Elétrica	191	523
Suprimento de Energia	5.043	448
Materiais e Serviços	2.392	2.348
Total Fornecedores	7.626	3.319

Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas em cada contrato e classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os prazos de vencimento. Para capital de giro e execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 35,449 milhões.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2024	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pgto Juros	Total 2023
Financ. / Emprést. Moeda Nacional										
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL MGE		2.330	-	2.330	Sim	nov/20	8,08%	25/01/2025	Mensal	4.690
CREDITO ROTATIVO CAUXA FEDERAL		1.825	1.500	3325	Sim	dez/24	CDI + 3,41%	15/01/2025	Mensal	1.952
CAPITAL DE GIRO SICREDI DAS CULTURAS		4.000	-	4.000	Sim	nov/24	16,63%	20/05/2025	Mensal	3.000
CAPITAL DE GIRO SANTANDER		1228	1300	2528	Sim	jan/24	CDI + 4,64%	03/01/2025	Mensal	-
CAPITAL DE GIRO BANCO DO BRASIL		667	-	667	Sim	fev/24	CDI+ 3,79%	01/01/2025	Mensal	-
UNICRED - CRÉDITO ROTATIVO		1543	-	1543	Sim	mai/24	11,35%	21/11/2025	Mensal	1.000
SICOOB - CRÉDITO ROTATIVO		5260	-	5260	Sim	set/24	10,59%	15/08/2025	Mensal	4.990
CREDITO ROTATIVO BANRISUL		1808	-	1808	Sim	dez/23	CDI + 5,54%	19/01/2026	Mensal	-
SICREDI DAS CULTURAS - CRÉDITO ROTATIVO		5067	-	5067	Sim	ago/24	CDI + 8,6%	20/05/2024	Mensal	5.458
CAPITAL DE GIRO ITAÚ		1715	3396	5111	Sim	jul/24	18,17	03/02/2025	Mensal	-
CAPITAL DE GIRO BRADESCO		778	4307	5085	Sim	nov/24	16,76	24/06/2025	Mensal	-
CAPITAL DE GIRO CRESOL		7.057	90	7147	Sim	nov/24	24,60	10/07/2025	Mensal	-
CONSORCIO SICREDI COTA: 0086-00		29	47	76	Sim	mar/23	-	15/01/2025	Mensal	103
CONSORCIO SICREDI COTA: 0087-00		29	47	76	Sim	mar/23	-	15/01/2025	Mensal	103
CONSORCIO BB COTA: 0957		7	-	7	Sim	mai/23	-	08/01/2025	Mensal	20
CONSORCIO BB COTA: 9799		6	2	8	Sim	ago/24	-	08/01/2025	Mensal	-
CONSORCIO SICREDI COTA: 0052-00		22	147	169	Sim	out/24	-	10/01/2025	Mensal	-
CONSORCIO SICREDI COTA: 0154-00		16	-	16	Sim	out/24	-	10/01/2025	Mensal	-
CONSORCIO SICREDI COTA: 0085-00		5	9	14	Sim	out/24	-	10/01/2025	Mensal	-
CONSORCIO CAIXA COTA: 0820		29	-	29	Sim	dez/24	-	20/01/2025	Mensal	-
CONSORCIO CAIXA COTA: 0133		34	-	34	Sim	mai/21	-	20/01/2025	Mensal	71
CONSORCIO SICREDI COTA: 0156-00		26	21	47	Sim	dez/21	-	10/01/2025	Mensal	68
Total por Dívida	-	33.481	10.866	44.347	-					21.455

Nota 22 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2024	2023
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	928	783
Consignação em Favor da Concessionária	52	47
Folha de Pagamento Líquida	839	743
Provisão de Férias	2.070	1.774
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.889	3.347

Nota 23 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2024	2023
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	212	186
CSLL a Recolher	19	2
IRPJ a Recolher	20	-
PIS s/ Faturamento	53	11
COFINS s/ Faturamento	242	49
I.S.S.Q.N a Recolher	8	5
INSS a Recolher	4	1
PIS/COFINS a Recolher	-	5
Imposto de Renda a Recolher	1	2
PIS/COFINS/CSLL a recolher	5	-
Contribuição Social a Recolher	-	1
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	564	262

Nota 24 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2023	500	-	-	500
Constituição	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	500	-	-	500
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	500	-	-	500

No ano de 2024 não foram constituídas novas provisões contábeis considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica, e atualizado o valor das já existentes.

Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2024	2023
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.179	1.041
CDE - Conta Covid	-	183
CDE - Conta Escacez Hidrica	-	40
CDE - Geração Distribuida	66	58
Total Encargos Setoriais	1.245	1.322

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 26 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição
Compensação DIC FIC	37	149	(144)	42	42	-
CVE Energia	32	-	(32)	-	-	-
CVE ESS	160	-	(160)	-	-	-
Neutralidade Crédito Pis/Cofins	36	-	(36)	-	-	-
Neutralidade conta de Escassez Hidrica	20	-	(20)	-	-	-
Quitação CDE Covid e CDE Escacez Hidrica	-	452	-	452	-	452
Neutralidade da Parcela A	251	1.251	(1.190)	312	312	-
Sobrecontratação de Energia	-	1.113	-	1.113	-	1.113
CDE Modicidade Eletrobrás	217	629	(509)	337	337	-
Financeiro CDE Modicidade Eletrobrás	132	51	(157)	26	26	-
Spread Conta Covid	210	-	(210)	-	-	-
Reversão do Risco Hidrológico	1.926	4.573	(4.457)	2.042	1.151	891
Total Passivos Financeiros Setoriais	3.021	8.218	(6.915)	4.324	1.868	2.456

Nota 27 – Outros Passivos Circulantes

	2024	2023
Consumidor	1.062	1.028
Outros Credores	685	633
Total Passivos Circulantes	1.747	1.661

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Nota 28 – Obrigações com Associados

	2024	2023
Sobras a Restituir		0
Capital Social a Restituir	1.178	1.181
Total Passivos Circulantes	1.178	1.181

Refere-se a valores de ex associados, demitidos do quadro social da Cooperativa de Distribuição de Energia por não possuírem ligações de energia a mais de um ano.

Nota 29 – Obrigações Vinculadas a Permissão

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço	13.255	2.213	-	-	15.468	2.213	(2.992)	12.476	10.784
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	12.730	2.213	-	-	14.943	2.213	(2.824)	12.119	10.412
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	375	-	-	-	375	-	(18)	357	372
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	-	(150)	-	-
Em curso	2.039	8.652	(8.047)	-	2.644	605	-	2.644	2.039
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	771	5.387	(5.200)	-	958	187	-	958	771
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	725	1.878	(1.489)	-	1.114	389	-	1.114	725
Valores Não Aplicados	543	1.387	(1.358)	-	572	29	-	572	543
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	15.294	10.865	(8.047)	-	18.112	2.818	(2.992)	15.120	12.823

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Nota 30 – Patrimônio Líquido

30.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6,277 milhões é formado por cotas partes referentes a 13.358 associados em 31 de dezembro de 2024.

30.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2024	2023
Resultado Abrangente do Exercício	8.564	11.852
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	344	456
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	6.576	9.117
Fundo de Reserva Legal	3.699	5.128
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	411	570
Fundo de Manutenção e Expansão	2.466	3.419
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.644	2.279

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 31 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 7;

Consumidores: apresentadas na nota 8;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

b) Valor Justo

	2024		2023	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.715	5.715	2.647	2.647
Contas a Receber	17.100	17.100	10.703	10.703
Empréstimos e Financiamentos	43.169	43.169	21.455	21.455
Total	65.984	65.984	34.805	34.805

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	5.715	-	5.715
Contas a Receber	-	17.100	-	17.100
Total	-	22.815	-	22.815
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	43.169	-	43.169
Total	-	43.169	-	43.169

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando os dispêndios/despesas financeiras (ou ingressos/receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 32 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2024	2023
Fornecimento de energia elétrica	29.952	28.750
Suprimento de energia elétrica	8.732	3.690
Disponibilização do sistema de distribuição	52.511	54.334
Ativos e Passivos Regulatórios	(1.812)	817
Serviços cobráveis	5	6
Doações, contrib. e subvenções	43.252	36.224
Total Receita / Ingresso	132.640	123.821

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização da receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição e liquidação de energia de curto prazo na CCEE.

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga; Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 33 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2024	2023
ICMS	8.860	8.597
PIS-PASEP	288	186
COFINS	1.330	858
Total Tributos	10.478	9.641

Nota 34 – Encargos da Parcela “A”

	2024	2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15.181	15.339
Taxa de Fiscalização - TFSEE	216	206
Total Encargos - Parcela "A"	15.397	15.545

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Nota 35 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2024	2023
Energia Elétrica Comprada para Revenda	29.639	28.596
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	24.897	25.398
TOTAL	54.536	53.994

Nota 36 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2024	2023
Pessoal e administradores	18.116	16.033
Material	4.663	3.266
Serviços de terceiros	7.061	6.149
Arrendamentos e aluguéis	288	277
Seguros	69	20
Provisões	(24)	24
(-) Recuperação de despesas	(538)	(364)
Tributos	765	493
Depreciação e amortização	4.808	4.547
Gastos diversos*	37.897	14.752
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	73.105	45.197

*Gastos Diversos

a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

	2024	2023
Custo de Construção	32.603	11.872
TOTAL	32.603	11.872

Nota 37 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2024	2023
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	316	252
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	146	146
Receita de Construção*	32.603	11.872
Microgeração 36 Meses	1	1
Outras Receitas	-	1
Total Outras Receitas Operacionais	33.066	12.272

*Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

	2024	2023
Receita de Construção	32.603	11.872
TOTAL	32.603	11.872

Nota 38 – Outros Dispendios/Despesas Operacionais

	2024	2023
Perdas na Desativação de Bens Reversíveis	1.194	1.066
Perdas na Desativação de Bens Não Reversíveis	2	35
Perdas na Alienação de Bens Reversíveis	109	-
Total Outras despesas Operacionais	1.305	1.101

Nota 39 – Seguros

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 40 – Nota Explicativa DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 41 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de atuação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 42 – Partes Relacionadas

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamentos são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais responsáveis principalmente pela administração no aspecto operacional, e compete aos mesmos realizar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de quatro anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço ao final de cada mandato.

Os direitos e deveres dos Conselheiros de Administração são os mesmos estabelecidos aos demais associados, bem como, não há, em hipótese alguma, tratamento diferenciado aos mesmos, os quais seguem as políticas e diretrizes definidas para a sociedade

As operações são realizadas no contexto normal das atividades operacionais, não tendo influências que possam gerar benefícios indevidos as suas contrapartes ou prejuízos a Cooperativa, e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2024.

Transações com partes relacionadas:

Tipo:	2024	PCLD
Remuneração	483	-
Faturas de Energia	1	-
Quota Capital	0,08	-
Saldo de Contas a Pagar	37	-
Saldo de Contas a receber	-	-

GUILHERME SCHMIDT DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 020.283.650-99

RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

8 BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2024			2023		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	106.765			98.635		
Resultado Operacional (RO)	8.231			9.682		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	18.116			16.033		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$	% S/ FPB	% S/RL	R\$	% S/FPB	% S/RL
Alimentação	538	2,97%	0,50%	502	3,13%	0,51%
Plano de Saúde Funcionários	800	4,42%	0,75%	648	4,04%	0,66%
Encargos Sociais	3.034	16,75%	2,84%	2.739	17,08%	2,78%
Seguro Vida em Grupo	110	0,61%	0,10%	67	0,42%	0,07%
Educação e Treinamento	128	0,71%	0,12%	245	1,53%	0,25%
Segurança e Medicina Trabalho	375	2,07%	0,35%	372	2,32%	0,38%
Participação Resultados	1.470	8,11%	1,38%	1.261	7,87%	1,28%
TOTAL	6.455	35,63%	6,05%	5.834	36,39%	5,91%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos	1.138	13,83%	1,07%	920	9,50%	0,93%
Qualidade vida associados	932	11,32%	0,87%	784	8,10%	0,79%
Total Cooperantes	2.070	25,15%	1,94%	1.704	17,60%	1,73%
Tributos (excluído os encargos sociais)	10.620	129,02%	9,95%	9.854	101,78%	9,99%
TOTAL	12.690	154,17%	154,17%	11.558	119,38%	119,38%
4. INDICADORES AMBIENTAIS		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos	121	15,13%	0,00%	99	15,28%	0,00%
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL						
Número de Funcionários final do período			142			133
Número de Admissões no Período			16			28
Número de Demissões			7			10
Número de Homens			121			113
Número de Mulheres			21			20
Funcionários com Necessidades Especiais			1			1
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES-CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			7,57			7,58
Número Total de acidentes trabalho			7			2

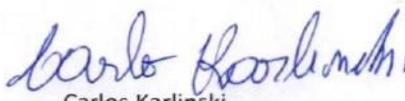
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição, inscrita no CNPJ nº 87.656.989/0001-74, com sede na Rua Reinoldo Schindler, nº 100, bairro das Chácaras, na cidade de Ijuí-RS, em cumprimento ao Art. 44, inciso XI do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras/Perdas relativas ao exercício de 2024, bem como as demais demonstrações contábeis e notas explicativas, constatamos que expressam a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, e por esta razão recomendamos a sua aprovação pelos associados presentes na assembleia.

Ijuí (RS), 20 de fevereiro de 2025



Sidnei João Montagner
CPF 364.664.250-23



Carlos Karlinski
CPF 093.981.120-00



Evandro Lanzarin
CPF 744.385.730-68

Cópia fiel da ata 490/2025.

10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do valor abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 13 de março de 2025.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2

EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982

Assinado de forma digital por
EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982
Dados: 2025.03.13 15:36:20 -03'00'